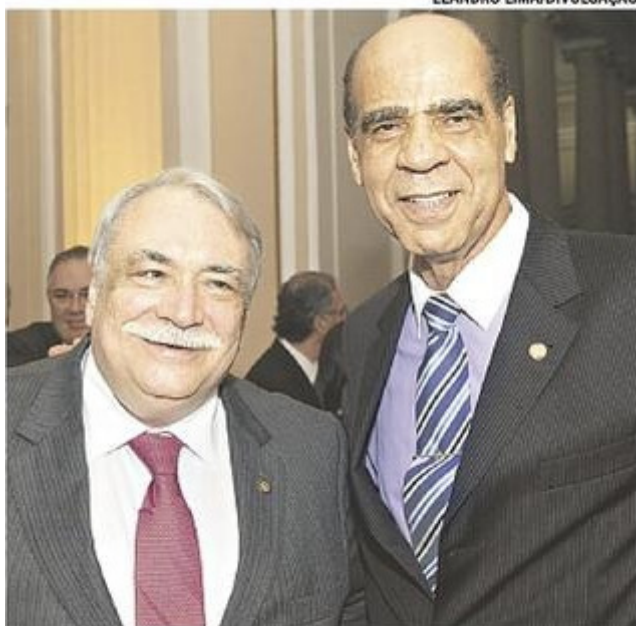


<b>Assunto: Foto – Desembargadores Jones Figueirêdo e Gustavo de Lima</b>	
<b>Veículo: Diário de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Viver</b>	<b>Seção: João Alberto</b>
<b>Página: c3</b>	<b>Data: 07/07/2015</b>

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

LEANDRO LIMA/DIVULGAÇÃO



**O desembargador Jones Figueiredo (E) na festa de aniversário do seu colega Gustavo Lima**

<b>Assunto:</b> Choque elétrico – Menção a 29ª Vara Cível do Recife	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Cidades	<b>Seção:</b> pela metrópole
<b>Página:</b>	<b>Data:</b> 07/07/2015

## jornal do commercio

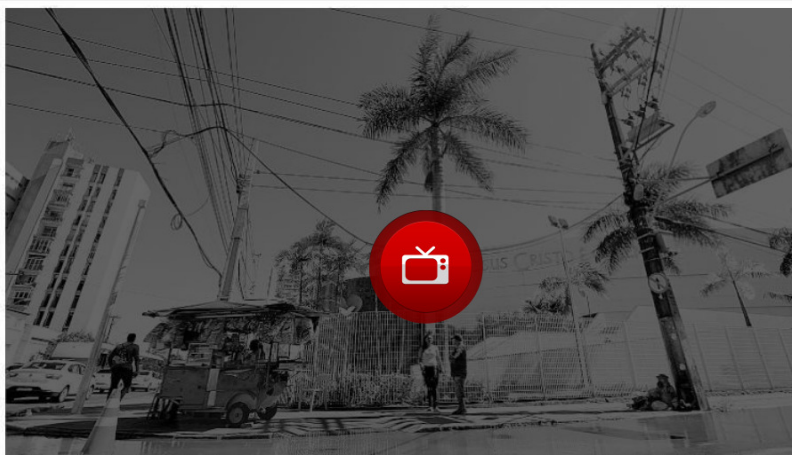
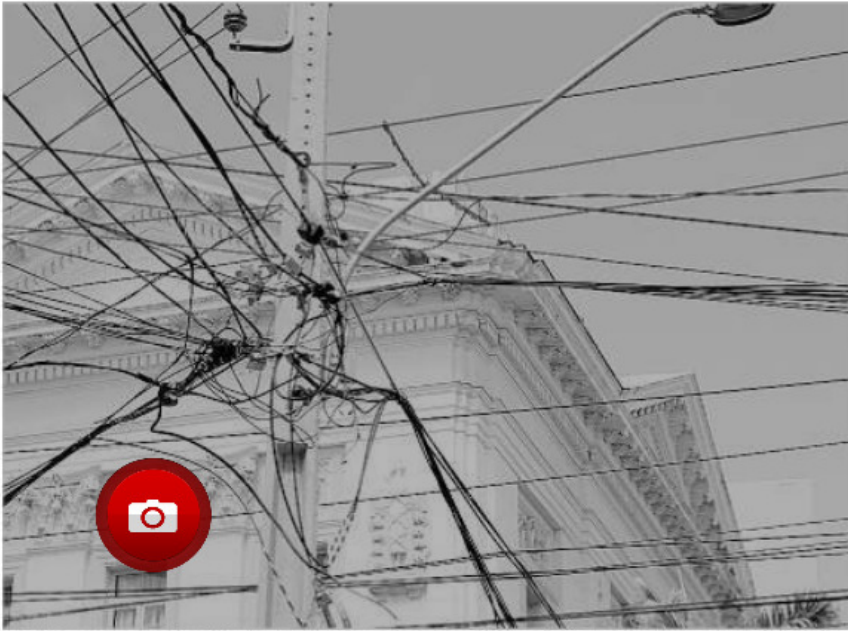


Foto: Ashley Melo/JC Imagem

**FESTIVAL DE INCOMPETÊNCIA** Na Avenida Cruz Cabugá, há fios de todos os tipos e por todos os lados. O risco é grande

# Manifesto online cobra providências

**CHOQUE ELÉTRICO** Em abaixo-assinado, sociedade exige ações do poder público e punição aos responsáveis. Em sete dias, duas pessoas morreram eletrocutadas nas ruas



**ABSURDO** As gambiarras não poupam nem lugares como a Praça da República

**D**iante da segunda morte no Recife, em uma semana, provocada por choque elétrico em via pública, a sociedade resolveu se mobilizar para cobrar providências do poder público e da Celpe, empresa privada que fornece energia no Estado. Também para exigir punição dos responsáveis. Um abaixo-assinado online foi criado sábado, um dia após a morte de Isaías Pereira da Silva, eletrocutado no Bairro do Recife. Até o início da noite de ontem, 500 pessoas tinham assinado o documento, que será entregue ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) como denúncia popular.

“Essa situação não pode continuar. Há fios soltos, desencapados em todo o Recife, em bairros do Centro, Zona Norte e Zona Sul. A situação fica mais crítica quando chove porque a cidade alaga. Andar hoje nas calçadas pode ser perigoso”, destaca o estudante de direito Mário Filipe Cavalcanti, que criou o abaixo-assinado. Ele pretende encerrar a coleta de assinaturas ([www.peticaopublica.com.br](http://www.peticaopublica.com.br)) hoje para entregar o documento amanhã. “É preciso pressa para evitar novas mortes”, observa.

Um outro abaixo-assinado, intitulado *Celpe: a vida por um fio*, endereçado ao governo do Estado, pede a suspensão da concessão à Celpe. Até ontem havia 2.541 assinaturas. “Pessoas tiveram suas vidas interrompidas pelo descaso dessa empresa que tem por obrigação manter postes e fiações em perfeitas condições”, ressalta o documento.

A promotora do consumidor Liliane Fonseca informa que o MPPE ingressou na Justiça com ação civil pública, em outubro de 2013, pedindo que a Celpe seja responsabilizada pelas mortes ocorridas por choque elétricos (foram 31 em 2011, informa a ação) e que cumpra as normas de segurança. “A ação corre na 29ª Vara Cível da capital. A Celpe apresentou estudo indicando o que pretende fazer

tou estudo indicando o que pretende fazer para melhorar a segurança da rede. A Arpe (Agência de Regulação de Pernambuco) já analisou esse plano mas pedimos que a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) também se posicione”, explica Liliane.

O superintendente de Operações da Celpe, Saulo Cabral, diz que a empresa realiza manutenção constante na rede de distribuição de energia. No Estado existem mais de um 1,5 milhão de postes de eletricidade. “A Arpe acompanha todos esses planos de manutenção. Somos obrigados pela legislação a compartilhar os postes com outras empresas. Por isso, muitos postes têm tantos fios. A Celpe recebe uma demanda negativa de uma rede feia, desorganizada e com uma expansão exacerbada”, enfatiza Saulo. Segundo ele, cerca de 95% dos chamados por fios partidos ou caídos em vias públicas não são de energia.

## INVESTIGAÇÃO

O corpo de Isaías Pereira da Silva permanece no Instituto de Medicina Legal (IML). Uma mulher se apresentou ontem à tarde como irmã dele. Se comprovado o parentesco, o corpo deverá ser liberado hoje. O caso será investigado pela delegacia do Bairro do Recife. Isaías morreu depois de pisar numa caixa de fiação e encostar em um poste de responsabilidade da prefeitura. A Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (Emlurb) informou que a caixa é isolada e funciona permanentemente fechada.



Está uma bagunça a fiação no Recife, é fio solto na cidade toda. A prefeitura e a Celpe deveriam organizar mais e fiscalizar também. Jogo dominó perto do local onde o rapaz morreu sexta-feira. A caixa estava sem tampa há vários dias”, **afirma o vendedor Marcondes Silva, que trabalha no Recife Antigo**



Foram duas mortes em uma semana. É um absurdo. Duas vidas que se perderam por causa de choque elétrico. Tem que combater as gambiarras, acabar com a fiação solta, fiscalizar. Celpe e prefeitura têm responsabilidade”, **destaca o funcionário público Flávio Lima**

#### Saiba mais

# 51

pessoas morreram em Pernambuco, ano passado, vítimas de choque elétrico, segundo a Associação Brasileira de Conscientização para os Perigos da Eletricidade

# 17

dessas mortes foram em vias públicas, sendo 5 na rede aérea (por exemplo, fios partidos na rua ou contato direto, como em podas de árvore) e 12 em áreas urbanas (postes, praças)

# 38

pessoas morreram no Estado, em 2013, também por causa de choque elétrico, conforme a entidade. Desse total, 9 foram na rede aérea e 4 em áreas urbanas

# 2º

lugar foi a posição que o Estado ocupou, em 2014, no Nordeste, em mortes provocadas por choque elétrico. Só perdeu para a Bahia (68)

#### Mais na web

Vídeo e galeria de fotos das gambiarras nas ruas do Recife no [www.jconline.com.br/cidades](http://www.jconline.com.br/cidades)

<b>Assunto: Juiz pede informações sobre convocação de concursados na Alepe</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 07/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



vagas incompletas

## Juiz pede informações sobre convocação de concursados na Alepe



*Alepe ganhou Portal da Transparência. Foto: JC/Imagem*

Após receber uma comissão de aprovados no concurso público da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), o juiz da 8ª Vara da Fazenda Pública, Mozart Valadares Pires, enviou à presidência da Casa um pedido solicitando informações sobre o quadro de profissionais do órgão. O grupo recorreu à Justiça para cobrar celeridade na nomeação.

Segundo o juiz, a intenção do despacho é identificar a proporção dos funcionários na Casa, entre comissionados e concursados. O edital do certame, realizado no início de 2014, previa o preenchimento de cem vagas, sendo 60 para cargos de agente legislativo e 40 de analista.

Caso as respostas não sejam satisfatórias, o juiz explica que o próximo passo é entrar com antecipação de tutela obrigando a nomeação dos 20 aprovados ainda não convocados. “Antes de tomar esta decisão, quis dar a oportunidade para a Alepe se explicar”, grifou Mozart.



PROCESSO Nº 0033456-65.2015.8.17.0001

DESPACHO:

Face a complexidade da matéria colocada para apreciação do Judiciário, tenho como medida salutar para apreciação do requerimento de antecipação da tutela jurisdicional, que seja concedida à parte demandada a oportunidade para falar sobre os fatos elencados no pedido, para garantir maior segurança jurídica à decisão interlocutória a ser proferida.

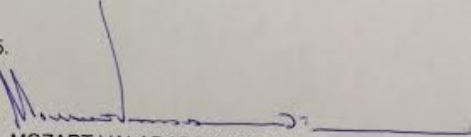
Por outro lado, não enxergo a possibilidade da ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação aos autores da presente demanda, pela não apreciação, no presente momento, do provimento de urgência, pois os mesmos solicitaram a proteção do Judiciário dentro do prazo de validade do certame ora questionado.

Solicito, para uma melhor apreciação do pedido de urgência, algumas informações que considero imprescindíveis: qual a motivação/justificativa para o edital do certame ter ofertado apenas 40 (quarenta) vagas no concurso para o cargo de agente legislativo, quando a lei criou 60 (sessenta) cargos? qual a proporção entre comissionados, terceirizados e cargos efetivos do Poder Legislativo? existem funcionários exercendo as atividades com relação aos 20 (vinte) cargos de agente legislativo que não foram ofertados no último concurso público?

Concedo o prazo de 05 (cinco) dias, para a parte demandada responder os questionamentos acima formulados, bem como, querendo, oferecer informações complementares.

Intime-se.

Recife, 03 de julho de 2015.

  
MOZART VALADARES PIRES  
JUIZ DE DIREITO

*Juiz da Vara da Fazenda envia pedido de informação à Alepe sobre preenchimento de cargos.*

*Foto: reprodução.*

De acordo com o magistrado, o grupo entrou com ação judicial na sexta-feira (3) – último dia para nomeação. “Aproveitei para levantar alguns questionamentos para que o presidente da Alepe esclareça. O grupo alega que no edital foram oferecidas 60 vagas para agentes legislativos, mas só foram preenchidas 40. E essas vagas restantes foram preenchidas com quem?”, questionou o magistrado. “Só é possível criar cargos quando há dotação orçamentária e estão previstas na lei 60 vagas”, acrescentou o juiz.

Outro ponto questionado trata do prazo de prorrogação. O concurso da Alepe tinha validade de 1 ano, quando a maioria dos certames estabelece 2 anos. “Minha intenção é saber se alguém não concursado está exercendo funções cujo único provimento é por meio de concurso público”, justificou o juiz.



<b>Assunto: Convocação de concursados da Alepe – 8ª Vara da Fazenda Pública</b>	
<b>Veículo: NE10</b>	<b>Data: 07/07/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



CONCURSO

**POR QUE ELES NÃO FORAM  
CHAMADOS?**

Juiz pede informações sobre não  
convocação de vinte  
concursados na Alepe

<b>Assunto: Convocação de concursados da Alepe – 8ª Vara da Fazenda Pública</b>	
<b>Veículo: NE10</b>	<b>Data: 07/07/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Juiz pede informações sobre convocação de concursados na Alepe**



Após receber uma comissão de aprovados no concurso público da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), o juiz da 8ª Vara da Fazenda Pública, Mozart Valadares Pires, enviou à presidência da Casa um pedido solicitando informações sobre o quadro de profissionais do órgão. O grupo recorreu à Justiça para cobrar celeridade na nomeação.

Segundo o juiz, a intenção do despacho é identificar a proporção dos funcionários na Casa, entre comissionados e concursados. O edital do certame, realizado no início de 2014, previa o preenchimento de cem vagas, sendo 60 para cargos de agente legislativo e 40 de analista.

Caso as respostas não sejam satisfatórias, o juiz explica que o próximo passo é entrar com antecipação de tutela obrigando a nomeação dos 20 aprovados ainda não convocados. “Antes de tomar esta decisão, quis dar a oportunidade para a Alepe se explicar”, grifou Mozart.



PROCESSO Nº 0033456-65.2015.8.17.0001

DESPACHO:

Face a complexidade da matéria colocada para apreciação do Judiciário, tenho como medida salutar para apreciação do requerimento de antecipação da tutela jurisdicional, que seja concedida à parte demandada a oportunidade para falar sobre os fatos elencados no pedido, para garantir maior segurança jurídica à decisão interlocutória a ser proferida.

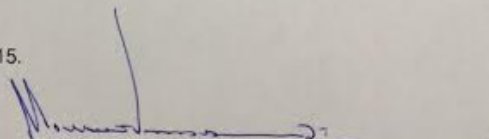
Por outro lado, não enxergo a possibilidade da ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação aos autores da presente demanda, pela não apreciação, no presente momento, do provimento de urgência, pois os mesmos solicitaram a proteção do Judiciário dentro do prazo de validade do certame ora questionado.

Solicito, para uma melhor apreciação do pedido de urgência, algumas informações que considero imprescindíveis: qual a motivação/justificativa para o edital do certame ter ofertado apenas 40 (quarenta) vagas no concurso para o cargo de agente legislativo, quando a lei criou 60 (sessenta) cargos? qual a proporção entre comissionados, terceirizados e cargos efetivos do Poder Legislativo? existem funcionários exercendo as atividades com relação aos 20 (vinte) cargos de agente legislativo que não foram ofertados no último concurso público?

Concedo o prazo de 05 (cinco) dias, para a parte demandada responder os questionamentos acima formulados, bem como, querendo, oferecer informações complementares.

Intime-se.

Recife, 03 de julho de 2015.

  
MOZART VALADARES PIRES  
JUIZ DE DIREITO

*Juiz da Vara da Fazenda envia pedido de informação à Alepe sobre preenchimento de cargos.*

*Foto: reprodução.*

De acordo com o magistrado, o grupo entrou com ação judicial na sexta-feira (3) – último dia para nomeação. “Aproveitei para levantar alguns questionamentos para que o presidente da Alepe esclareça. O grupo alega que no edital foram oferecidas 60 vagas para agentes legislativos, mas só foram preenchidas 40. E essas vagas restantes foram preenchidas com quem?”, questionou o magistrado. “Só é possível criar cargos quando há dotação orçamentária e estão previstas na lei 60 vagas”, acrescentou o juiz.

Outro ponto questionado trata do prazo de prorrogação. O concurso da Alepe tinha validade de 1 ano, quando a maioria dos certames estabelece 2 anos. “Minha intenção é saber se alguém não concursado está exercendo funções cujo único provimento é por meio de concurso público”, justificou o juiz.

<b>Assunto: Juizado do Forró registra 29 TCOs no São João de Caruaru deste ano</b>	
<b>Veículo:</b> folhape	<b>Data:</b> 07/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Juizado do Forró registra 29 TCOs no São João de Caruaru deste ano**

*Segundo o órgão, o número de ocorrências em 2015 foi inferior ao do ano passado*

O Juizado do Forró do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) divulgou nesta terça-feira (7), o balanço de registros de casos criminais que ocorreram durante as festividades juninas no Pátio de Eventos Luiz Gonzaga, no município de Caruaru, Agreste de Pernambuco.

Neste ano, a unidade, que está em seu sétimo ano de atuação, formulou 29 Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs) em oito plantões judiciários, que aconteceram do dia 30 de maio a 29 de junho, número inferior ao do ano passado.

A maioria dos registros estavam relacionados ao consumo de entorpecentes, desacato a policiais militares e posse de armas brancas. Além disso, foram realizadas 24 audiências preliminares de conciliação, decorrentes dos TCOs efetuados.

A unidade funcionou com o objetivo de proporcionar tranquilidade na comemoração do São João de 2015 em Caruaru, atendendo a casos de competência cível e criminal de menor potencial ofensivo, cujas detenções podem chegar a dois anos.

O Juizado do Forró contou com a parceria da Associação Caruaruense de Ensino Superior (Asces), do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), da Defensoria Pública do Estado, da Prefeitura Municipal de Caruaru, da Secretaria de Defesa Social do Estado e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seccional Caruaru. Também houve apoio das Polícias Civil e Militar durante os plantões.

<b>Assunto: Juizado do Forró: Consumo de drogas foi um dos mais registrados no São João de Caruaru</b>	
<b>Veículo: G1 Caruaru e Região</b>	<b>Data: 07/07/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Consumo de drogas foi um dos mais registrados no São João de Caruaru**

*Dado está entre as notificações do Juizado do Forró, no Pátio de Eventos. Foram contabilizados 29 TCOs e 24 audiências preliminares de conciliação.*

O Juizado do Forró divulgou o balanço das ocorrências registradas durante a edição 2015 do São João de Caruaru, no Agreste. A assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) informou em nota que, "as principais foram relacionadas ao consumo de entorpecentes, desacato a policiais militares e posse de armas branca". Ao todo foram formulados 29 Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs) e realizadas 24 audiências preliminares de conciliação.

A unidade funcionou pelo sétimo ano no Pátio de Eventos Luiz Gonzaga com atendimento a "casos de competência cível e criminal de menor potencial ofensivo - cujas detenções podem chegar a dois anos", conforme explicou a assessoria.

"A presença do Judiciário se tornou um alerta para as pessoas que frequentam o ambiente, pois as audiências são realizadas na hora. Assim, ações incorretas puderam ser inibidas e houve prevenção e segurança para as pessoas que frequentaram o local", avaliou o juiz responsável, Marupiraja Ramos Ribas, por meio da mesma nota.